

A Justiça e a Geometria

Muitas leis são mal feitas (dizem muitos, incluindo o Presidente da República e o Procurador-Geral da República). Os tribunais são lentos (dizem quase todos). Os tribunais são caros (dizem muitos). A parte das despesas do Ministério da Justiça no orçamento do Estado é excessiva (pensará o Ministro das Finanças). Não temos condições para fazer os processos andar mais depressa (afirmam os juízes). Há advogados a mais (afirma o Bastonário). Não nos deixam ser advogados (afirmam os estagiários). Os juízes conhecem pouco da vida (pensam muitos advogados). As sentenças são demasiado longas (pensam muitos advogados). Os advogados complicam o que não necessitaria de ser complicado (pensam muitos juízes). É difícil formar juristas em quatro anos (pensam muitos professores de Direito).

O problema da Justiça desdobra-se nos sub-problemas que os juízos anteriores encerram e em vários outros. Haverá algo de comum a esses sub-problemas que indicie uma linha de solução comum?

A minha convicção (antiga...) é a de que há, sendo esse elemento comum o défice de Geometria (plana!). Às leis, às sentenças, às peças dos advogados, aos trabalhos dos juristas universitários, à formação dos magistrados e dos advogados falham linhas e figuras geométricas (a duas dimensões!).

Uma solução articulada para os sub-problemas da Justiça passa pelo incremento da exactidão e da concisão dos textos jurídicos. Cada preceito legal não deveria tendencialmente exceder duas orações. As sentenças não deveriam ter relatórios longos, nem manifestações de erudição por via do “cut and paste”. A avaliação dos magistrados não deveria ponderar favoravelmente a quantidade de linhas das sentenças por eles proferidas. Os artigos das petições, contestações e demais articulados dos advogados deveriam respeitar a regra sugerida para os preceitos legais. As conclusões das alegações não deveriam tendencialmente chegar à dezena. Os trabalhos dos juristas universitários não deveriam ter mais caracteres nas notas de pé de página do que no texto. Os candidatos a

magistrados e a advogados não deveriam (para isso) ter de voltar à escola. Os estudantes das faculdades de Direito não deveriam usar «palha» para responder às perguntas dos exames.

Vale a pena sublinhar que o que está em causa não são preferências estéticas, mas sim a eficiência e a produtividade de todos os envolvidos e os custos sociais associados a elas. Leis mais claras dão menos espaço a litígios. Sentenças mais breves possibilitam que os juízes façam mais em igual tempo. Articulados forenses mais enxutos agilizam os processos e são mais baratos para os clientes. Textos académicos mais focados nos seus objectos primordiais viabilizam mais escritos ao longo das carreiras dos autores.

É claro que a complexidade dos textos jurídicos não é um mal só português e que nem todas as ideias se podem exprimir de modo a serem imediatamente apreensíveis. Essas verdades, porém, não obstam a que se deva lutar pela melhoria da qualidade dos textos jurídicos.

A ideia de recta é um elemento fundamental de Geometria. A Justiça pretende ser recta. Quem tem coragem de contribuir para geometrizar os trabalhos dos juristas?

Rui Pinto Duarte

9.2.2010